

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.039 - PR (2015/0028534-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : TIBAGI SERVICOS MARITIMOS LTDA  
**ADVOGADOS** : MARTINE ANNE GHISLAINE JADOUL - PR027326  
MARIA IZABELLA GULLO ANTONIO LUIZ BRAIN - PR033067  
**RECORRENTE** : SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA  
**ADVOGADO** : FERNANDO GUSTAVO KNOERR - PR021242  
**RECORRIDO** : OS MESMOS  
**INTERES.** : LEVINO JOSÉ SPERAFICO  
**INTERES.** : AMALIA TARCILA SPERAFICO  
**INTERES.** : ITACIR ANTÔNIO SPERAFICO  
**INTERES.** : DILSO SPERAFICO  
**INTERES.** : SONIA MARIA BOLDRINI SPERAFICO

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TIBAGI. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** EMBARGOS À EXECUÇÃO. OBRIGAÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73 CONFIGURADA. OMISSÃO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Consta dos autos que SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. (SPERAFICO) propôs embargos à execução contra TIBAGI SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA. (TIBAGI), objetivando desconstituir execução de título extrajudicial movida pela embargada. Alegou, em síntese, carência de ação da demanda executiva em virtude da falta de interesse processual e da impossibilidade jurídica do pedido.

O Juízo de primeira instância julgou os embargos improcedentes, determinando o prosseguimento da execução, observada a redução da multa contratual de 20% para 10% sobre o valor total da dívida (e-STJ, fls. 425/428).

A SPERAFICO manejou apelação, alegando (1) nulidade da sentença por cerceamento de defesa; (2) descabimento de execução por quantia certa; (3) carência de ação por falta de interesse processual; (4) nulidade da execução pela insubsistência executiva do título; (5) impossibilidade de incidência de multa de 10% frente à indeterminação da dívida e falta de constituição em mora dos apelantes; e, (6) possibilidade de redução dos honorários advocatícios, com a reforma do valor arbitrado na sentença, porque não foram fixados de forma equânime e dentro dos parâmetros de razoabilidade, de acordo com o art. 20, § 4º, do CPC/73.

O Tribunal paulista deu provimento ao apelo em acórdão assim ementada:

*APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INSTRUMENTO PARTICULAR DE GARANTIA DE DÍVIDA. OBRIGAÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA (SOJA/MILHO). IMPROPRIEDADE DA ADOÇÃO, PELO CREDOR, DO PROCEDIMENTO ESTABELECIDO PARA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. AUSÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO. CARÊNCIA DE AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO.*

*A instauração pelo credor, de plano, da execução de quantia certa, quando a obrigação tem por objeto prestação de entrega de coisa, equivalente à propositura de ação sem título executivo, o que dá ensejo à extinção do processo, sem resolução do mérito, ante o reconhecimento da impossibilidade jurídica do pedido.*

*Apelação Cível provida (e-STJ, fl. 485).*

Os embargos declaratórios opostos por ambas as partes foram rejeitados nos seguintes termos:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO I. 1. PROVIMENTO DO RECURSO. PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO DEDUZIDA NOS EMBARGOS E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. READEQUAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONSOANTE APRECIACÃO EQUITATIVA. POSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO II. OBRIGAÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA (SOJA/MILHO). IMPROPRIEDADE DA ADOÇÃO, PELO CREDOR, DO PROCEDIMENTO ESTABELECIDO PARA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REAPRECIACÃO DAS QUESTÕES.*

*1. Considerando o provimento do recurso, julgando procedente a pretensão deduzida nos embargos do devedor e, por consequência, extinguindo o processo executório, devida a readequação da sucumbência, nos termos do artigo 20, do Código de Processo Civil. Isso, ao contrário do entendimento dos embargantes, não constitui julgamento extra petita.*

*2. Inexistindo vícios no v. Acórdão embargado, os Embargos Declaratórios não comportam provimento.*

*Embargos de declaração 1 não providos.*

*Embargos de declaração 2 não providos (e-STJ, fl. 647).*

Irresignada, TIBAGI interpôs recurso especial, com base na alínea *a* do permissivo constitucional, alegando ofensa aos seguintes dispositivos legais (1) 535, I e II, do

CPC/73, afirmando que o acórdão recorrido padeceria de omissões e contradições, ao desconsiderar a existência de permissão contratual, bem como ao deixar de apreciar a questão relativa à liquidez do título, confundindo cálculo aritmético com fixação de preço; (2) arts. 128 e 460 do CPC/73, sustentando a ocorrência de julgamento *extra petita*, uma vez que o preço dos contratos nunca foi objeto de impugnação na petição inicial dos embargos à execução; (3) art. 615, I, do CPC/73, sustentando que o aresto combatido adotou entendimento contrário ao da sentença ao negar a incidência deste dispositivo legal ao caso dos autos e anular o processo, mesmo reconhecendo que a previsão contratual autorizava a propositura imediata de execução por quantia certa para reaver o seu crédito; (4) art. 348 do CPC/73, asseverando que houve confissão quanto à verdadeira natureza dos contratos executados; e (5) art. 486 do CC/02, alegando que uma simples conta aritmética não descaracteriza a certeza e determinação de um título, não podendo o aresto combatido decidir que os títulos carecem de certeza e liquidez apenas porque o valor da coisa (milho/soja) não estava estabelecido nos contratos (e-STJ, fls. 659/682).

A SPERAFICO também interpôs recurso especial, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando ofensa aos arts. 20, § 3º, e 512 do CPC/73, pugnando pela readequação dos honorários no mesmo percentual estabelecido na sentença *a quo*, tendo em vista que a inversão integral da sucumbência não se fez acompanhar da proporcional inversão de seus acessórios (e-STJ, fls. 688/697).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 785/796 e 798/809).

O recurso da TIBAGI foi admitido na origem (e-STJ, fls. 814/816).

O recurso da SPERAFICO, por sua vez, não foi admitido, ascendendo os autos a esta Corte por via de agravo, que foi conhecido para determinar a sua reautuação como recurso especial por decisão monocrática de minha relatoria (e-STJ, fls. 879/882).

É o relatório.

O inconformismo de TIBAGI merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

O TJPR, ao analisar os embargos de declaração, deixou de se manifestar

acerca da existência de permissão contratual e de questão relativa à liquidez do título.

É condição *sine qua non* ao conhecimento do especial que a questão de direito ventilada nas razões de recurso tenha sido analisada pelo acórdão objurgado. Assim, recusando-se o Tribunal Paranaense a se manifestar sobre a questão federal terminou por negar prestação jurisdicional à Recorrente.

A propósito:

*RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO SE MANIFESTOU SOBRE PONTO RELEVANTE PARA O DESATE DA CONTROVÉRSIA. OFENSA AO ART. 535 CONFIGURADA. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. REGULARIDADE.*

*1. Muito embora o acórdão recorrido tenha afastado uma a uma as preliminares arguidas pela recorrente, silenciou quanto a ponto fundamental ao desate da controvérsia no mérito, qual seja, a ocorrência de mora do devedor, apesar de instado a fazê-lo em sede de embargos de declaração, o que caracteriza violação ao art. 535, II, do CPC.*

*2. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no REsp 1187807/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 21/6/2012, DJe 28/6/2012)

É medida de rigor, portanto, o retorno dos autos à instância ordinária para que sane o referido vício.

Fica prejudicada a análise das demais questões.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial de TIBAGI, determinando o retorno dos autos ao TJPR para que analise questões trazidas nos embargos de declaração, como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator